

Fundo de Emergência só depois do carnaval

BRASILIA — Só após o carnaval o Congresso deve promulgar a emenda constitucional que cria o Fundo Social de Emergência (FSE), com as medidas que permitirão equilibrar o Orçamento federal. A previsão é do relator-geral da revisão, deputado Nélson Jobim (PMDB-RS), que cobra do Governo, porém, maior engajamento na negociação política. O FSE é indispensável para que o Governo passe à segunda fase de seu plano de estabilização, a da criação da Uniidade Real de Valor, que servirá de referência oficial para preços e contratos na economia facilitando o fim da correção monetária.

— O Governo tem de entrar de cabeça no processo de mobilização. O presidente Itamar tem

de mostrar a cara — disse o relator, para quem a proposta do Ministério da Fazenda é a única chance de se estabilizar a economia.

Para Jobim, a votação do programa de governo não pode ser prejudicada pelo temor de fortalecimento de uma eventual candidatura do ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso. — O programa é do Governo, não do ministro — argumenta.

Em seu parecer sobre o projeto do Governo, divulgado ontem, Jobim decidiu deixar de lado as medidas de combate à sonegação, que serão tratadas quando a revisão analisar o capítulo respectivo. Irão à votação nesta semana, se o Governo obtiver quorum, a criação do FSE, a limitação dos gastos

com pessoal em 1994 e 1995 e a autorização para que o Governo ajuste o Orçamento, evitando que as despesas superem a arrecadação federal.

Ontem, o ministro almoçou com Jobim e com o sub-relator da revisão, deputado Gustavo Krause (PFL-PE), para discutir a estratégia de votação do plano de estabilização, que ficou completamente atrelado ao processo revisional.

Jobim explicou que não fez um parecer único porque o Fundo é transitório, enquanto as demais medidas não. Mas o objetivo maior foi o de amarrar o apoio dos partidos governistas à revisão constitucional.

— Do ponto de vista do Governo, a prioridade passa a ser toda a revisão — observou Jobim.